

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.102 - AM (2019/0281029-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **CONSÓRCIO RIO NEGRO**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO LORENZI DE CASTRO - SP129134**  
                  **GUILHERME MATOS CARDOSO - SP249787**  
                  **ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA - AM004944**  
**RECORRIDO** : **AMAZONIA SOLUÇÕES E CONSULTORIAS AMBIENTAIS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **WAGNER LUIZ DE ANDRADE - SP154379**  
                  **MARIA LUCIA SMANIOTTO MOREIRA ANDRADE - SP234801**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por CONSÓRCIO RIO NEGRO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim ementado (fl. 618):

*DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - MONITÓRIA - CONTRATO - VALOR CERTO - PRESCRIÇÃO - TERMO INICIAL INADIMPLÊNCIA - EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO - IMPOSSIBILIDADE:*

*- Sendo o magistrado o destinatário das provas produzidas nos autos, inexistente falar em cerceamento de defesa caso o julgador entenda suficientemente provado o direito do outrora autor.*

*- A frágil alegação de que a apelada não teria ela mesma dado cumprimento ao contrato não merece acolhida, já que a exceção de contrato não cumprido somente seria possível caso a apelante lograsse comprovar a não execução dos serviços pactuados. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.*

Os embargos de declaração opostos foram desprovidos.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente alega violação dos arts. 140, 355, 369, 373, II e 1.022, II, do CPC/15. Sustenta, em síntese:

i) cerceamento de defesa por julgamento antecipado da lide, sem o deferimento da prova pericial e da oitiva das testemunhas indicadas;

ii) subsidiariamente, negativa de prestação jurisdicional por parte do Tribunal de origem ao deixar de se manifestar a respeito das provas requeridas.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Passo a decidir.

# *Superior Tribunal de Justiça*

De início, na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Consta dos autos que Amazônia Soluções e Consultorias Ambientais Ltda, ajuizou Ação Monitoria contra Consórcio Rio Negro, sob as seguintes alegações:

*Que a empresa Requerida fora a vencedora na licitação para a construção na ponte sobre o Rio Negro.*

*Que em 01/08/2008, para realizar os Serviços de Coleta, Transporte e Destinação de Resíduos provenientes da execução da obra, a Requerida contratou a empresa KOMPAC SERVIÇOS DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO. O contrato tinha prazo de 12 meses, encerrando-se em 30 de julho de 2009 e o valor do mesmo era de R\$30.510,00.*

*Que em 20/08/2008, o contrato entre a Requerida e a citada empresa foi aditado para incluir a execução de outros serviços e para alterar o valor que foi aumentado para R\$85.785,00.*

*Que em 20/04/2009, o contrato foi aditado pela segunda vez para alterar o prazo de duração, para elevar o valor e para incluir a empresa Requerente na execução dos serviços que já prestava a empresa Kompac. Assim, prazo do contrato foi estendido para 17 meses, sendo 30/01/2010 seu termo final e seu valor foi alterado R\$225.785,00.*

*Que em 16/11/2009, o contrato foi aditado pela terceira vez para alterar o prazo e o valor contratado. O prazo passou a ser de 28 meses, terminando a execução dos serviços em 30/11/2010 pelo valor de R\$ 431.566,25.*

*Que desde que passou a integrar o contrato, cumpriu com suas obrigações, porém a Requerida não procedeu o pagamento de seus serviços, que atualizados somam a quantia de R\$ 816.219,12 (Oitocentos e dezesseis mil, duzentos e dezenove reais e doze centavos) e ainda, encontra-se na posse de 21 dos 58 coletores metálicos para resíduos que lhe foram locados pela Requerente.*

*Ao final, requer a condenação da Requerida ao pagamento do débito no valor de R\$816.219,12 (Oitocentos e dezesseis mil, duzentos e dezenove reais e doze centavos), devidamente corrigidos e atualizados; a procedência do pedido, constituindo por sentença o crédito da Autora em Título Executivo Judicial; a condenação da Requerida em custas processuais e honorários advocatícios. Requer ainda a concessão da justiça gratuita.*

O Juiz de Primeiro Grau, considerando os argumentos e documentos juntados

aos autos, constituiu de pleno direito o título executivo judicial em favor da requerente, ora recorrida, decisão mantida pelo Tribunal *a quo*.

Nas razões recursais, a parte recorrente alega negativa de prestação jurisdicional quanto aos artigos 140 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

O inconformismo não prospera, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

Cumpre asseverar que o Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresso juízo de valor a respeito de todas as teses e artigos de lei invocados pelas partes, bastando para fundamentar o decidido fazer uso de argumentação adequada, cabendo-lhe decidir a questão com seu livre convencimento, baseando-se nos aspectos pertinentes à hipótese e na legislação que entender aplicável ao caso concreto, ainda que não espelhe quaisquer das linhas de argumentação invocadas.

Ademais, como é cediço, a omissão apta a ensejar os aclaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante.

Assim, não havendo no acórdão recorrido a existência de vício que caracterize ausência de prestação jurisdicional, e estando fundamentada a decisão, não fica caracterizada o alegado vício.

De fato, verifica-se a inexistência de cerceamento de defesa, ante o indeferimento da oitiva de testemunhas e a realização da perícia, pois o Tribunal de origem entendeu corretamente ao afirmar que o feito estava substancialmente instruído, declarando a prescindibilidade de produção das provas requeridas. E, acrescentou: "**Demais, tratando-se de monitória, deve-se observar o rito específico legalmente estabelecido**" (fl. 620).

Ocorre, porém, que o fundamento acima destacado não foi impugnado pela parte recorrente, o que atrai a incidência da Súmula 283/STF.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA DEMONSTRADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS NÃO CONFIGURADOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO*

*DO ACÓRDÃO A QUO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.*

*1. Deve ser reformada a decisão monocrática que decretou a deserção, porquanto a parte agravante é beneficiária da assistência judiciária gratuita. Agravo interno provido.*

*2. Não prospera a alegação de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.*

*3. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão estadual atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF.*

*4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com o entendimento firmado pelo eg. Supremo Tribunal Federal na Súmula 735, consolidou-se no sentido de ser incabível, em regra, recurso especial de acórdão que decide sobre pedido de antecipação de tutela, admitindo-se, tão somente, discutir eventual ofensa aos próprios dispositivos legais que disciplinam o tema (art. 300 do CPC/2015, correspondente ao art. 273 do CPC/1973), e não violação da norma que diga respeito ao mérito da causa. Precedentes.*

*(...)*

*6. Agravo interno provido para conhecer do agravo e negar provimento ao recurso especial.*

*(AgInt no AREsp 1368435/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 11/06/2019, DJe 27/06/2019)*

Ainda que assim não fosse, a livre apreciação da prova e o livre convencimento motivado do juiz são princípios basilares do sistema processual civil brasileiro.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

*"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. CONTRATO BANCÁRIO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. PERÍCIA TÉCNICA. DESNECESSIDADE.*

*2. LIMITAÇÃO DO VALOR. 30% DO SALÁRIO E COMPENSAÇÃO DE VERBA HONORÁRIA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.*

*3. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Não caracteriza cerceamento de defesa o julgamento da demanda sem a realização de prova pericial, quando o seu destinatário entender que o feito está adequadamente instruído, com provas suficientes para seu convencimento.*

*2. O intuito de debater novos temas por meio de agravo*

*regimental, não trazidos inicialmente no recurso especial, se reveste de indevida inovação recursal, não sendo viável, portanto, a sua análise, porquanto imprescindível a prévia irresignação no momento oportuno e o efetivo debate sobre os temas.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 566.307/RS, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe de 26/09/2014)*

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESCISÃO CONTRATUAL. SALDO DEVEDOR. REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA. DESNECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

**1. Cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC. Assim, não há cerceamento de defesa quando, em decisão fundamentada, o juiz indefere produção de provas, seja ela testemunhal, pericial ou documental.**

**2. No caso, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, de que não houve cerceamento de defesa com o indeferimento de nova prova pericial, tal como postulada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.**

*3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 336.893/SC, Rel. Ministro **SÉRGIO KUKINA**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe de 25/09/2013)*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO MANTIDA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ACIDENTE. RESPONSABILIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADO 7 DA SÚMULA DO STJ. LIVRE CONVENCIMENTO. PERÍCIA. REQUERIMENTO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ENUNCIADO 283 DA SÚMULA DO STF. NÃO PROVIMENTO.**

**1. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional.**

**2. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, entendeu responsável o ora agravante pelo acidente ocorrido. O acolhimento das razões de recurso, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria fática. Incidência do verbete 7**

**da Súmula desta Corte.**

**3. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.**

**4. Agravo a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 121.314/PI, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe de 21/05/2013)**

Além disso, o TJAM consignou que o parte recorrente não conseguiu lograr a comprovação da não execução dos serviços pactuados, nos seguintes termos (fl. 620):

*O ponto de relevo é que a apelante não conseguiu demonstrar ter pago os valores contratados ou mesmo que os serviços não tenham sido executados. A exceção de contrato não cumprido somente seria cabível caso os serviços contratados não tivessem sido realizados a contento, não sendo possível a alegação de que a apelante poderia se eximir do pagamento em caso de subcontratação, mesmo sendo essa vedada contratualmente.*

Oportuno ressaltar que a modificação de tais entendimentos lançados no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO (ART. 1042 DO CPC/15) - AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DESPEJO, ARBITRAMENTO E COBRANÇA DE ALUGUEL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS RÉUS.**

**1. A jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que a impugnação, no agravo, de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz a preclusão das matérias não impugnadas.**

**2. As conclusões adotadas pelo órgão julgador no sentido de competir ao juiz decidir sobre a produção de provas necessárias, ou indeferir aquelas que tenha como inúteis ou protelatórias, não implicando em cerceamento de defesa o indeferimento da dilação probatória, estão em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a aplicação da Súmula 83 do STJ.**

**3. O Tribunal local, após análise do conjunto probatório constante**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dos autos, considerou que se insere no poder de livre apreciação da prova do magistrado decidir sobre a possibilidade de julgamento antecipado da lide, sendo que a pretensão recursal exige o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.*

*4. Agravo interno desprovido."*

*(AgInt nos EDcl no AREsp 1080264/GO, Rel. Ministro **MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018)*

Com essas considerações, o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**  
Relator